

Os jovens, os velhos e o vírus: reflexões sobre gerações e pandemia

Ana Paula Marcelino¹

Resumo:

Os desdobramentos da pandemia de COVID-19 também impactaram bastante as relações intergeracionais no Brasil. Da ênfase na percepção do risco à necessidade de promoção de cuidados - esses relacionados principalmente ao chamado grupo de risco, composto em parte por pessoas acima dos 60 anos de idade - a crise sanitária reacendeu os debates acerca de como questões geracionais sócio-históricas são definitivas para entender, a partir de um recorte geracional, a forma como a gestão do problema por parte do Estado brasileiro afetou as condições de vida da população. Além disso, as diversas crises que se sobrepuseram à crise sanitária passaram a ser determinantes para entender a relação entre os grupos etários e suas respectivas demandas e valores históricos. Este artigo traz algumas reflexões sobre o impacto da pandemia de COVID-19 entre jovens e idosos.

Palavras-chave: Idosos. Jovens. Risco. Neoliberalismo. Pandemia.

Abstract:

The COVID-19 pandemics unfoldings have also greatly impacted intergenerational relationships in Brazil. From the emphasis on the perception of risk to the necessity to the promotion of care - with this one being mainly related to the named risk group, composed partly by people above 60 years old - the sanitary crisis has reignited debates on how socio-historical generational issues are definitive to understand, from a generational perspective, how the management of the problem by the State of Brazil affected the population's living conditions. In addition, the various crises that overlapped the sanitary crisis became decisive for understanding the relationships between age groups and their respective demands and historical values. This article brings some reflections on the impact of the COVID-19 pandemics among the young and the elder.

Keywords: Elder. Young. Risk. Neoliberalism. Pandemics.

O jogo pra valer ainda não começou, mas minha mão está dolorida, o raio do computador desacostuma os dedos de segurar a caneta, ou é a artrose chegando? fim da competente professora de meia-idade? já ninguém mais diz isso, meia-idade, fica-se jovem até ser promovida a velha avó, mesmo sem netos, e olhe lá! A idade adulta sumiu, comprimida entre a juventude esticada até o limite do indisfarçável e a tal da melhor idade (Maria Valéria Rezende, em Quarenta Dias).

O aparecimento de uma nova linhagem de coronavírus – a Sars-CoV-2 – desencadeou uma emergência sanitária no mundo todo. No dia 11 de março de 2020, a doença teve os primeiros casos notificados em Wuhan, na China, que já havia se espalhado por 19 países. Destarte, a Organização Mundial da Saúde (OMS), a declara que o mundo estava passando por uma pandemia. A situação política mundial não favorecia em

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB). Pesquisadora participante da rede de pesquisas ANTROPOCOVID.

nada as medidas de contenção e combate ao vírus. Com a ascensão de governos neoliberais em países-chave como o Brasil e os Estados Unidos, ficou cada vez mais difícil impedir que o vírus atingisse lugares que já são devastados por outras moléstias e guerras crônicas.

Esse foi um fator fundamental para a falta de uma gestão coordenada da pandemia que envolvesse todos os entes federativos no caso do Brasil. Desde o início da crise sanitária, a falta de ações de minimização dos efeitos do problema, principalmente por parte do governo federal, ia de encontro às recomendações de diversos órgãos e instituições reconhecidos, como a OMS, intensificando o risco de contaminação. Entretanto, essa intensificação não acontecia de maneira igualitária, pois havia o denominado “grupo de risco”, composto por pessoas com comorbidades, a exemplo de problemas cardíacos e respiratórios, mulheres grávidas e idosos. No caso dos idosos, o déficit histórico de políticas públicas na área da saúde direcionadas a esse grupo etário, a redução orçamentária no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e a crise econômica causada pela pandemia também podem ser apontados como fatores de potencialização do risco, não apenas de contaminação pelo vírus, mas também de questões de ordem socioeconômica que refletem diretamente na qualidade de vida dessa parte da população.

Os idosos e o risco duplo

Desde os momentos iniciais da pandemia, a vulnerabilidade biológica diante do vírus colocou os idosos como principais integrantes do grupo com risco potencial de contaminação e morte pelo novo coronavírus. Essa característica é respaldada pelo que a biomedicina chama de imunossenescência, ou seja, a “diminuição das funções do sistema imunológico, [que] desencadeia o aumento da incidência e da gravidade das doenças infecciosas” (FLORES; LAMPERT, 2020, p. 1). E no caso de uma doença infectocontagiosa, cuja evolução ainda era obscura para a própria biomedicina naquele momento, o cuidado com os idosos precisava ser ainda mais diferenciado.

Entretanto, as ações de proteção à saúde dos idosos durante a pandemia de Covid-19 passariam a fazer parte de uma extensa cadeia de eventos históricos sobre a implantação de políticas públicas direcionadas ao atendimento dessa população no Brasil. Além de questões de ordem biológica, o status dos idosos na

sociedade brasileira é atravessado por fatores sociais e econômicos muito determinantes, como o gênero, o que revela a complexidade da categoria velhice (LONGHI, 2018). De acordo com Peixoto (2006), o próprio sentido de algumas das palavras usadas para nos referirmos às pessoas acima dos 60 anos revela questões muito esclarecedoras sobre esse status.

Entretanto, as ações de proteção à saúde dos idosos durante a pandemia de Covid-19 passariam a fazer parte de uma extensa cadeia de eventos históricos sobre a implantação de políticas públicas direcionadas ao atendimento dessa população no Brasil. Além de questões de ordem biológica, o status dos idosos na sociedade brasileira é atravessado por fatores sociais e econômicos muito determinantes, como o gênero, o que revela a complexidade da categoria velhice (LONGHI, 2018). De acordo com Peixoto (2006), o próprio sentido de algumas das palavras usadas para nos referirmos às pessoas acima dos 60 anos revela questões muito esclarecedoras sobre esse *status*.

Embasado num aparato estatístico de controle populacional característico do Estado moderno (FOUCAULT, 2008) e influenciado pela centralidade funcional do trabalho nas sociedades industriais, o modelo brasileiro de designação das pessoas acima dos 60 anos veio sofrendo mudanças históricas significativas. Inicialmente, o termo “velho” aparecia em todos os documentos oficiais para designar as pessoas com mais de 60 anos de idade e que, em consequência de perdas fisiomotoras e imunológicas acentuadas, precisavam abandonar o trabalho produtivo.

No fim dos anos 1960, o termo “velho” dá lugar ao termo “idoso”, emprestado do modelo francês. A partir de então, a condição socioeconômica passa a ser um marcador fundamental para diferenciar o velho do idoso. Outra designação ainda muito presente nos dias atuais é a “terceira idade”, que também é bastante representativa, principalmente no âmbito das políticas públicas estatais.

A rubrica da terceira idade é fundamentalmente empregada nas proposições relativas à criação de atividades sociais, culturais e esportivas. Idoso simboliza sobretudo as pessoas mais velhas, “os velhos respeitados”, enquanto terceira idade designa principalmente os “jovens velhos”, os aposentados dinâmicos, como na representação francesa. E não é por acaso que surge um novo mercado para a terceira idade: turismo, produtos de beleza e alimentares, bem como novas especialidades profissionais,

gerontólogos, geriatras etc. A terceira idade passa assim a ser a expressão classificatória de uma categoria social bastante heterogênea. De fato, essa noção mascara uma realidade social em que a heterogeneidade econômica e etária é muito grande. (PEIXOTO, 2006. p. 81).

Do ponto de vista etário, é possível apontar como principal fator para essa heterogeneidade, o aumento da expectativa de vida da população. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), essa expectativa em 2019 era de 76,6 anos. Nesse sentido, ao falar em idosos, estamos nos referindo a um amplo espectro etário em que as variações muito pequenas – do ponto de vista cronológico — podem significar perdas analíticas muito significativas, ainda mais quando se considera que, a depender das garantias institucionais e do estímulo que recebem, a autonomia dessas pessoas ainda deve se manter por muitos anos (LONGHI, 2018). Já com relação à condição socioeconômica, a figura do aposentado – diretamente relacionada a um período de decadência e de não-produtividade – é central para entender até que ponto as diferenças de idade, endógenas à classificação “idoso”, estão relacionadas à possibilidade ou não de acesso a condições que proporcionem uma velhice que de fato signifique um período de repouso e autonomia.

Historicamente, envelhecer no Brasil (e no mundo) sempre trazia à baila essas questões. De acordo com Siqueira, Botelho e Coelho (2002), a análise de obras sobre o tema da velhice publicadas desde a década de 1970, mostrou ao menos quatro categorias de investigação sobre o tema, a saber: a) a biológico/ comportamentalista; b) a economicista; c) a socioculturalista e; d) a transdisciplinar (SIQUEIRA; BOTELHO; COELHO, 2002, p. 900). A primeira dessas categorias é baseada na observação dos processos degenerativos do organismo, e está diretamente relacionada ao processo de mudança no perfil populacional brasileiro. Ainda segundo dados do IBGE –, em 2017, o número de idosos – pessoas com 60 anos ou mais, de acordo com o instituto – chegou a 30,2 milhões, números que respaldam a tendência mundial de envelhecimento populacional. No entanto, a pandemia também teve influência direta sobre esse processo.

Longhi (2018) aponta que a promoção dos cuidados necessários para uma velhice satisfatória é fruto da formulação legal direcionada às pessoas acima dos 60 anos, ocorrida após a promulgação da Constituição Federal de 1988, mas apresenta especificidades determinantes.

As políticas que tratam dessas dimensões da vida são as de geração de renda e as de cuidados de longa duração, mas elas seguiram caminhos diferentes. Se a aposentadoria passou a ser um direito universal e caracterizou o idoso como sujeito de direito, independente dos vínculos familiares, no que tange aos cuidados de longa duração, os textos oficiais apontam o Estado e a família como responsáveis por suprir essa demanda. Caso o idoso ou a idosa necessite de cuidados para realizar as atividades da vida diária (AVD), o Estado assume essa responsabilidade somente quando a família não dispõe de recursos ou não existe. Sendo assim, o mesmo sujeito é percebido por diferentes perspectivas, dependendo do enfoque e do tipo de necessidade de que se está falando. (LONGHI, 2018, p. 200).

No escopo dessa discussão, a função dos benefícios previdenciários proporcionados pelo sistema estatal está diretamente ligada à capacidade de autonomia desses idosos e idosas. Uma pesquisa do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) revelou que 18% dos lares brasileiros são mantidos unicamente através dos benefícios previdenciários das pessoas com mais de 60 anos. Se essa situação por si só já representa um problema bastante grave, o contexto pandêmico e o número recorde de 14,6%² da população brasileira desempregada em 2020, certamente, agravou a dependência econômica das famílias brasileiras aos benefícios previdenciários das pessoas com idade mais avançada. Essa dependência interfere diretamente na capacidade de manutenção das condições básicas, como a compra de remédios e alimentos necessários para subsistência em condições de saúde satisfatórias.

Idosos mortos (ou potencialmente afetados pelas doenças), pessoas mais jovens desempregadas e crises que se sobrepujam à crise sanitária. Dentre suas principais consequências, o cenário pandêmico fomentou o agravamento de alguns indicadores sociais historicamente presentes no contexto nacional, dentre eles, os indicadores sobre insegurança alimentar da

2 Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/11/27/desemprego-no-brasil-atinge-146percent-no-trimestre-encerrado-em-setembro.ghtml>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

população. O Brasil já havia voltado para a lista dos países com maior incidência de insegurança alimentar grave – o mapa da fome do mundo –, problema que seria agravado pela pandemia.

Um estudo realizado por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Livre de Berlim, constatou a existência de um quadro de grave insegurança alimentar no Brasil com a pandemia ainda em curso. A insegurança alimentar, em algum grau, estava presente em 59,4% lares brasileiros, principalmente naqueles chefiados por mulheres negras. Esses números mostram como a pandemia e as diversas crises desencadeadas pela gestão controversa do problema aceleraram o processo de insegurança alimentar que, conforme apontam os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada entre os anos de 2017 e 2018, apresentou uma tendência de alta na quantidade de domicílios brasileiros nessa situação.

Em junho de 2020, 70% das mortes por Covid-19 no Brasil eram de idosos. Reitera-se que os aspectos relacionados às condições sociais, como determinantes geográficos e de renda, também precisam ser considerados nesse número. A supramencionada pesquisa do IPEA mostrou que o desemprego entre os idosos que, além da aposentadoria ou pensão que recebiam, ainda trabalhavam, também foi bastante afetado pela pandemia.

Segundo a PNAD Contínua de 2018, aproximadamente metade dos homens idosos brasileiros trabalhava por conta própria e 21,4% eram comerciantes, pedreiros, motoristas de táxi, de carros por aplicativos e de caminhões. A proporção de mulheres idosas que trabalhavam por conta própria era mais baixa que a dos homens, mas, mesmo assim, muito alta, 39,6%. As suas principais ocupações eram de empregadas domésticas, comerciantes, costureiras, faxineiras e cozinheiras de empresas. Em tempos de isolamento, essas ocupações, tanto as masculinas quanto as femininas, são as que têm sofrido o maior impacto tanto pela destruição das vagas, quanto pela substituição de idosos por serem mais sensíveis ao risco da pandemia e/ou ao medo deles próprios de se exporem (CAMARANO, 2020, p. 11).

Esse cenário diz respeito à função do trabalho produtivo para a própria formação do sujeito. De acordo com Fortes (2011, p. 11) o capital social envolvido na constituição do ciclo de desenvolvimento do grupo

doméstico apresenta três fases. A primeira fase remete-se a “expansão”, que é formada a partir dos determinantes biológicos, pois diz respeito à fase de procriação, e que começa com o casamento entre dois indivíduos. Em segundo lugar, o autor destaca a “cisão ou dispersão”, fase que, em algumas sociedades, tem início com o casamento e formação da família do filho mais velho. Finalmente, a morte dos pais marca a “substituição” deles por seus filhos na estrutura social. Entendido como cerne da formação da sociedade, o grupo doméstico varia conforme diversifica-se as condições de vida pelas quais esses indivíduos estão expostos. Ainda assim, a capacidade de exercer determinada função laboral ou participar financeiramente, por meio de um benefício previdenciário, por exemplo, é o que determina se o indivíduo fará ou não parte da estrutura social enquanto sujeito cuja autonomia é reconhecida tanto no âmbito do grupo doméstico quanto fora dele.

A análise de Fortes (2011) contém elementos do que Honneth (2009) entende por “luta por reconhecimento”. Para o filósofo alemão, a necessidade de luta por reconhecimento surge por meio do conflito do sujeito com seu grupo. Ora, desde Aristóteles, é a família – ou o grupo doméstico – o primeiro em que estamos inseridos. O reconhecimento precisa ser o resgate de uma relação precedente ao conflito gerado por essa constante tensão nas relações entre os indivíduos, que não havia sido desencadeada por eles, ou que não fora completada na interação entre esses indivíduos. O autor esclarece também que o reconhecimento se dá em três etapas: amor, respeito e solidariedade. Logo, é pela intersubjetividade das relações sociais conflituosas que o sujeito é atravessado em sua formação.

De acordo com isso, são as três formas de reconhecimento do amor, do direito e da estima que criam primeiramente, tomadas em conjunto, as condições sociais sob as quais os sujeitos humanos podem chegar a uma atitude positiva para com eles mesmos; pois só graças à aquisição cumulativa de autoconfiança, autorrespeito e autoestima, como garante sucessivamente a experiência das três formas de reconhecimento, uma pessoa é capaz de se conceber de modo irrestrito como ser autônomo e individuado e de identificar com seus objetivos e desejos (HONNETH, 2009, p. 266).

Essas etapas têm relação direta com a passagem do indivíduo pelo grupo doméstico e o reconhecimento jurídico do Estado na “cisão”. No entanto, a estima que

o indivíduo alcança dentro da lógica social envolvida depende do grupo, pois, “na medida em que todo membro de uma sociedade se coloca em condições de estimar a si próprio dessa maneira, pode se falar então de um estado pós-tradicional de solidariedade social” (HONNETH, 2009, p. 210). A solidariedade é o *medium* que atravessa a relação entre o indivíduo (em sua luta por reconhecimento) e o grupo. Mas, como veremos na sequência, todas essas relações também dependem da conjuntura na qual estão inseridas.

O ideário neoliberal que atravessa a sociedade brasileira atual afeta diretamente a forma como a solidariedade permeia a relação entre o indivíduo e o grupo. De acordo com Cesarino (2019), alguns acontecimentos no campo político brasileiro promoveram diversas modificações no âmbito das políticas identitárias. Esses acontecimentos foram viabilizados principalmente pela expansão do uso dos smartphones, cuja capacidade de disseminar notícias falsas e informações distorcidas sobre assuntos pontuais é imprescindível, inclusive para a manutenção das ideias que sustentam esse sistema. Com isso, a autora explica que o reforço de dualidades concernentes principalmente ao campo identitário ganharam uma nova roupagem. O dual passa a ser híbrido e grupos que antes reivindicavam por representação no campo político³ passam a se reconhecer enquanto atores políticos.

Em outras palavras, o bolsonarismo ofereceu a essas pessoas uma nova identidade – a de direita e conservadora onde antes só havia ambiguidade, confusão ou insegurança. Ofereceu não apenas um rótulo, mas um novo lugar de reconhecimento, liberdade e direitos: o direito de não ter de assumir uma identidade militante (mas que, num segundo momento, pode se tornar uma, só que no outro lado do espectro político); o direito de expressar abertamente o que era proibido pelo politicamente correto; o direito de não se sentir diminuído por não saber falar ou escrever corretamente; o direito de reivindicar conhecimento derivado da experiência e da trajetória de vida pessoais (“eu sei como foi a ditadura, pois eu vivi”) contra os ditames in-

compreensíveis de elites de especialistas; o direito de se sentir representado politicamente por alguém que parece ser igual a você, etc. Embora o conteúdo seja diametralmente oposto, num plano estrutural o apelo populista da nova direita se parece em muitos pontos com o da esquerda identitária (CESARINO, 2019, p. 545-546).

Essas conclusões são semelhantes ao que Fraser (2007) já apontava com relação à chegada de George Bush à presidência dos Estados Unidos em 1994 e a discussão sobre as políticas de gênero. A autora explica que a incorporação das lutas por reconhecimento por parte do ideário feminista tangenciou as políticas de redistribuição do âmbito do debate político estadunidense. Desta forma, movimentos como o evangelicalismo passaram a captar principalmente as mulheres que não se enxergavam como parte do debate feminista. Ora, foi exatamente nesse momento que o neoliberalismo ressuscitava da lixeira histórica e ensaiava políticas de redistribuição menos igualitárias, como no caso do governo Bush (FRASER, 2007). A atual conjuntura política brasileira apresenta similaridades com o caso estadunidense. No entanto, a imprevisibilidade da crise sanitária provocada pela pandemia de Covid-19 acrescenta alguns fatores à dinâmica estatal, pois cria um ambiente de bastante vulnerabilidade, propício à sobreposição de outras crises, como a econômica. Como veremos mais adiante, mesmo com a chegada de uma ameaça tão potente o bolsonarismo se absteve de sua essência ideológica.

Nunes (2020), ao analisar a relação entre neoliberalismo e vulnerabilização durante a pandemia de Covid-19, destaca que a pretensão do sistema neoliberal de poder é justamente destruir “as relações de solidariedade e empatia essenciais ao esforço conjunto que a resposta à Covid-19 tornou necessário” (NUNES, 2020, p. 3). Isso porque, ao promover a atomização social e o individualismo, o neoliberalismo quebra justamente essa cadeia de solidariedade. A falsa estima social engendrada pela via econômica aparta os indivíduos, vulnerabilizando-os.

3 Na senda de uma crise da representação política, que surge no início dos anos 2010 no Brasil com os protestos de junho de 2013 (CARVALHO; SIQUEIRA, 2020, p. 2), o bolsonarismo emerge, na visão de seus seguidores, como a única saída para a resolução dessa crise e a consequente volta de uma normalidade social. Todo esse cenário futurista é desenhado a partir de uma retórica anticorrupção, responsável pelo fim da corrosão à imagem do Estado brasileiro e de seus representantes. Entretanto, a especificidade funcional do Poder Executivo dentro do sistema federativo nacional que concentra na presidência as funções de chefe de Estado e de governo – sistema presidencialista – também abre espaço para o aparecimento de governos de alto teor populista, tanto progressista quanto conservador, como o governo de Jair Messias Bolsonaro.

Nunes (2020), ao analisar a relação entre neoliberalismo e vulnerabilização durante a pandemia de Covid-19, destaca que a pretensão do sistema neoliberal de poder é justamente destruir “as relações de solidariedade e empatia essenciais ao esforço conjunto que a resposta à Covid-19 tornou necessário” (NUNES, 2020, p. 3). Isso porque, ao promover a atomização social e o individualismo, o neoliberalismo quebra justamente essa cadeia de solidariedade. A falsa estima social engendrada pela via econômica aparta os indivíduos, vulnerabilizando-os.

A vulnerabilidade é uma relação política desigual, por meio da qual determinados grupos - definidos em termos de identificação de gênero, raça, orientação sexual, idade, entre outros, bem como nas suas várias interseções - são sistematicamente expostos ao empobrecimento, ao adoecimento e à morte. (NUNES, 2020, p. 3).

E sob o prisma das gerações isso é muito delimitado. Logo, a afirmação de Fortes (2011, p. 12) de que o estágio final do ciclo da vida dentro do grupo familiar leva ao domínio jurídico-político desse indivíduo pela sociedade não é válida, quando falamos na situação dos idosos durante a pandemia de Covid-19 no Brasil. Isso porque, além dos fatores históricos envolvidos desde que o texto fora escrito, numa sociedade desigual do ponto de vista socioeconômico, como é a brasileira, essa progressão no curso da vida não acontece da maneira como descreve o Fortes, o que quebra a progressão – família, Estado e sociedade – do indivíduo na luta por reconhecimento. Pelo contrário, de acordo com a teoria da eticidade de Honneth (2009), a construção da autonomia do indivíduo – que se dá nas etapas do reconhecimento – o projeta tanto no âmbito individual, quanto no coletivo. E, por esse motivo, está sujeita aos acontecimentos históricos (imprevisíveis), como é o caso da pandemia, e aos determinantes sociais, econômicos etc. E a função do Estado na mitigação das consequências da pandemia é importante tanto do ponto de vista da saúde coletiva, quanto do ponto de vista das relações sociais.

Conforme já mencionamos, a política de promoção do risco por parte do governo central é o que justifica o grande número de idosos mortos pela doença, pois, “a (in)ação pode ser vista como ato calculado contra comunidades pobres e marginalizadas” (ORTEGA; ORSINI, 2020, p. 8, tradução nossa). A não-promoção

do cuidado por si só já exerce um poder sobre os corpos fisiologicamente mais envelhecidos, pois, além das razões biológicas, há determinantes sociais de forte impacto sobre esses corpos.

Os arranjos intergeracionais se caracterizam por serem estruturas de apoio econômico no Brasil, principalmente em momentos de crise, como é o caso da pandemia de Covid-19. Cronologicamente, o que se espera é, conforme a perspectiva de Fortes (2011, p. 11), a saída dos filhos das casas de seus pais. Todavia, como vimos, alguns fatores têm colaborado para a permanência desses filhos em casa, como o enxugamento do papel do Estado na promoção de políticas públicas, as dificuldades de relacionamento afetivo e a capacitação profissional mais longa entre os mais jovens. Nesse sentido, podemos entender que a situação dos idosos durante a pandemia de coronavírus no Brasil possui pelo menos duas chaves de análise. Primeiramente, as questões relacionadas à biomedicina e ao maior risco de contaminação devido à idade e ao fato de já possuírem alguma doença crônica e, posteriormente, questões de ordem socioeconômica que geram dependência financeira por parte dos mais jovens.

Um estudo realizado por pesquisadores da Universidade de Harvard constatou que a pandemia reduziu em praticamente dois anos a expectativa de vida dos brasileiros. Se anteriormente o predomínio de doenças de intervenção primária reduziu o impacto das doenças infectocontagiosas na expectativa de vida dos brasileiros (SIQUEIRA; BOTELHO; COELHO, 2002, p. 901), o surgimento da Covid-19, uma doença infectocontagiosa, e que contribuiu para reverter, ao menos nesse momento, a tendência de alta na expectativa de vida no Brasil.

No que diz respeito ao modelo de atenção primária à saúde da pessoa idosa no Brasil, existem alguns marcos legais de destaque como a Política Nacional de Saúde do Idoso (PNSI) de 1999, e a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), de 2006. Ao analisar a estrutura dessas políticas de cuidado, Veras e Oliveira (2018) concluem que

Os adequados modelos de atenção à saúde para idosos, portanto, são aqueles que apresentam uma proposta de linha de cuidados, com foco em ações de educação, promoção da saúde, prevenção de doenças evitáveis, postergação de moléstias, cuidado precoce e reabilitação. O modelo deve ser baseado na identificação precoce dos riscos de fragilização

dos usuários (VERAS; OLIVEIRA, 2018, p. 1933).

Ora, era exatamente o que se apresentava também – e certamente com mais gravidade – por causa da pandemia. No entanto, a falta de ações específicas do processo pandêmico por parte do governo central brasileiro também perpassa pelo SUS, o maior sistema público de saúde do mundo. Com um teto de gastos⁴ impedindo que mais recursos fossem destinados às áreas fundamentais, o SUS foi desmontado e continuou sendo, apesar do aparecimento de um vírus com alta taxa de letalidade. Conforme aponta Freire (2019), as políticas de cortes no orçamento do SUS foram feitas na tentativa de sanar uma suposta “crise na saúde” brasileira que apresenta heterogeneidades determinantes, visto que as propostas para solução do problema variam de acordo com a esfera administrativa e os agentes estatais, sendo estes últimos responsáveis pelo que o autor classifica como “versões oficiais da crise” (FREIRE, 2019, p. 77). Convém destacar que a chegada da pandemia e a falta de uma gestão coordenada entre os entes federativos acirraram essa disputa, promovendo a subutilização da capacidade do SUS em áreas estratégicas como a atenção básica (FERNANDEZ; LOTTA CORRÊA, 2021). Além disso, o arcabouço ideológico que subjaz ao governo liderado por Jair Bolsonaro, tentava manter o antagonismo com propostas que almejavam a contenção da crise sanitária a partir de um conjunto de estratégias institucionais de disseminação do vírus (VENTURA et al., 2021).

O governo federal percebeu na regulamentação do caráter essencial das atividades a possibilidade de restringir, ao menos parcialmente, o alcance das medidas de proteção da saúde pública adotadas pelos Estados. Assim, teve expressiva tradução normativa o vigoroso embate político entre a estratégia federal de disseminação do vírus, e as numerosas estratégias estaduais e municipais de contenção da propagação da doença, gerando a inflação de normas federais, estaduais e municipais, além de ensejar uma intensa judicialização. (VENTURA et al, 2021, p. 32).

No entanto, a saúde é um dos pilares que formam o que se entende no Brasil por Seguridade Social, garantia constitucional que foi altamente modificada em 2019 com a aprovação da PEC 6/2019⁵. A Constituição de 1988 entende que “a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988, Art. 194). Logo, se a pandemia ataca diretamente um desses pilares, que é a saúde, é necessário fortalecer o sistema de seguridade, em vez de desmontá-lo, como tem ocorrido.

Ao analisar esse conjunto de fatores, constatamos que a imunossenescência vai além das questões estritamente fisiológicas (apesar de ser essa a área de origem e aplicação do termo), mas também diz respeito aos aspectos sociais e econômicos que contribuem com o envelhecimento desses corpos. Por sua vez, esses corpos envelhecidos não estão isolados e dispersos do todo. Muito pelo contrário, tais corpos são parte essencial para a manutenção de aspectos positivos para a estrutura social do país. Mas as cisões no curso da vida, que, como vimos, afetam principalmente os mais jovens, ao invés de aproximar as gerações, as separa, como no sistema neoliberal. Esta constatação nos leva a investigar quais os determinantes sociais e em torno do comportamento dos mais jovens, abordados na próxima seção.

Jovens: arriscar o presente

Desde que Margareth Mead publicou *Adolescência em Samoa*, a Antropologia inaugurou uma nova perspectiva crítica em relação às questões geracionais. A rebeldia não seria o único viés a partir do qual a juventude seria entendida. Na obra, além de discutir os limites entre natureza e cultura, Mead constata que o período de turbulência psicológica que caracteriza a adolescência na sociedade ocidental, não poderia ser universalizado, visto que, numa sociedade tradicional como Samoa, a passagem por esse período da vida era bastante diferente.

O fator que torna o crescimento em Samoa um as-

⁴ Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/15/promulgada-emenda-constitucional-do-teto-de-gastos>>. Acesso em: 4 set. 2021.

⁵ Proposta de Emenda Constitucional da Reforma da Previdência proposta nos primeiros meses do governo de Jair Bolsonaro. A proposta foi promulgada pelo Senado Federal em novembro de 2011. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/11/08/congresso-promulga-reforma-da-previdencia-nesta-terca-feira>>. Acesso em: 5 set. 2021.

sunto fácil e direto é a prevalência de um clima de indiferença complacente que permeia toda a sociedade. Porque Samoa está em um lugar onde ninguém arrisca muito, ninguém paga preços muito altos, ninguém sofre por suas condenações ou luta até a morte por objetivos especiais (MEAD, 1993, p. 187, tradução nossa).

Esta característica – de indiferença diante dos acontecimentos potencialmente problemáticos, como são as transformações psicobiológicas na adolescência – é o que “contrasta [a sociedade samoana] profundamente não só com os Estados Unidos como também com as civilizações mais primitivas” (MEAD, 1993, p. 189, tradução nossa).

Em 2020, 92 anos após a publicação do clássico desse texto clássico, a obra ainda origina algumas reflexões acerca do comportamento das pessoas mais jovens⁶. Num acelerado processo de individualização, a sociedade capitalista neoliberal exerce uma pressão ainda maior sobre os grupos etários. A tendência histórica de representar socialmente o envelhecimento do corpo biológico foi substituída pela necessidade de manter o corpo e a mente com “uma atitude juvenil” na terceira idade. E ainda que ressalvas relacionadas à condição socioeconômica possam ser feitas, a juventude deixou de representar um grupo etário específico, e passou a ser um valor que deve ser compartilhado por todos.

Debert (2010, p. 51) aponta que essa emergência da juventude como um valor é fruto do pós-guerra que, nos anos 1980, uma década marcada por diversos acontecimentos no mundo, culminou no rompimento entre o tempo cronológico e o curso da vida. Essa cisão causa modificações consideráveis na percepção da sociedade acerca do que seria a juventude e do que seria a velhice, pois ser jovem ou idoso passou a ser mais uma questão performática que fisiológica.

Por um lado, a juventude perde conexão com um grupo específico e passa a significar um valor que

deve ser conquistado e mantido em qualquer idade através da adoção de formas de consumo de bens e serviços apropriados. Por outro lado, a velhice perde conexão com uma faixa etária específica e passa a ser um modo de expressar uma atitude de negligência com o corpo, de falta de motivação para a vida, uma espécie de doença autoinfligida, como são vistos hoje, por exemplo, o fumo, as bebidas alcoólicas e as drogas (DEBERT, 2010, p. 51).

Sendo jovens, portanto, esses idosos consomem. Ora, é dessa forma que o capitalismo funciona! Convencidos da possibilidade de manutenção de uma vida plenamente saudável do ponto de vista fisiológico, mas, sobretudo, do ponto de vista estético, os idosos passaram a ser um grupo consumidor em potencial. Já para os adultos, a maturidade significava uma forma de aceleração do envelhecimento diante das responsabilidades exigidas, por exemplo, pela manutenção de uma família.

Já entre os cronologicamente jovens e os adultos, a promoção da juventude como valor é intensificada pelo respaldo etário que caracteriza esse grupo. Industrialização, guerras e a “morte de Deus” são fatores que certamente contribuíram para as mudanças ocorridas no curso da vida. Também no âmbito das questões biológicas, o aumento da expectativa de vida, inclusive fora da Europa, foi um fator de bastante impacto para a valoração da dimensão simbólica da juventude. Margulis e Urresti (2008, p. 10) apontam que o valor simbólico da juventude desencadeou a comercialização de seus atributos. Bourdieu (1983), ao discutir a arbitrariedade das construções sociais em torno da juventude, afirma que “a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável” (BOURDIEU, 1983, p. 2). Conforme a interpretação de Margulis e Urresti (2008), mais do que isso,

[...] a juventude não é só um signo, nem se reduz aos atributos “juvenis” de uma classe. Apresenta diferentes modalidades, segundo a incidência de uma série de variáveis. As modalidades sociais de

6 Aqui cabe uma diferenciação do que estamos entendendo por adolescentes e por jovens neste ensaio. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera adolescentes, as pessoas entre doze e dezoito anos de idade. Já a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), considera jovens as pessoas com 15 anos ou mais. Nas discussões no âmbito das ciências sociais não-aplicadas, a juventude será entendida como um “valor” (DEBERT, 2010), um agrupamento de saberes e práticas simbólicas específicas que compõem o imaginário social em torno da juventude. Nesse sentido, a adolescência e a juventude são praticamente sinônimos, ainda que mantenham certa hierarquização proveniente das condições legais que legitimam determinadas ações como, por exemplo, a emissão do título de eleitor ou da carteira de motorista. Esses documentos são símbolos de uma “liminaridade legal” que, em alguns casos – como guiar um carro sem carteira ou falsificar a identidade para ter acesso a um ambiente que exige a maioridade – são, inclusive simbólicos, pois representam uma espécie de subversão ao sistema.

ser jovem dependem da idade, da geração, o crédito vital, a classe social, o marco institucional e o gênero. Não se manifesta da mesma maneira se é de classe popular ou não, o que implica que os recursos que fornecem à moratória social não estão distribuídos de maneira simétrica nos diversos setores sociais (MARGULIS; URRESTI, 2008, p. 10, tradução nossa).

Em complemento à moratória social, os autores explicam que é da moratória vital – o capital temporal que acompanha a valoração da juventude – que surge a sensação de invulnerabilidade e de segurança característica dos mais jovens. E é a partir dessa sensação de ter mais tempo de vida em relação às pessoas mais velhas, que se sobrepõem marcadores como classe e raça, por exemplo.

Ora, foi justamente isso o que vimos acontecer no Brasil no ano de 2020. Com a maioria das mortes concentradas entre os idosos (SOUZA; RANDOW; SIVIERO, 2020), a percepção do risco de contaminação entre os mais jovens provocaria nos meses iniciais de 2021 um “rejuvenescimento da pandemia” (CASTRO, 2021). Ainda em 2020, mesmo em face às milhares de mortes causadas pela Covid-19, as notícias de festas clandestinas e a maior quantidade de pessoas nas ruas sem máscara foram criando um ambiente de falsa segurança. Com isso, as pessoas mais jovens passaram a ser os grandes disseminadores do vírus. A dificuldade no controle e manutenção do isolamento, principalmente entre os mais jovens, foi intensificada por diversos fatores que, como já discutimos, têm um claro viés social, mas também relacionado às questões fisiológicas.

Mas, dentre os fatores que colaboraram para a ascensão desse modelo de juventude universal, está a diminuição do papel do Estado, engendrada pela via econômica no neoliberalismo. O “empresário de si mesmo” é a figura máxima dentro do simbolismo em torno da valoração da juventude, pois é o único modo de subjetivação possível na estrutura neoliberal de poder. E são justamente as características socialmente entendidas como juvenis que promovem a imagem desse sujeito. Expressar a juventude através dos nossos corpos é um empreendimento que requer a busca constante pelo melhoramento estético de nossa aparência, e isso envolve dinheiro. Frequentar academias de ginástica

e musculação é um bom exemplo disso, pois isso é visto como uma prática de promoção da saúde física e mental que, por sua vez, têm seu auge justamente quando somos jovens⁷. Portanto, a juventude é um valor que retroalimenta a estrutura neoliberal de poder, funcionando como máscara social do *homo economicus*, verdadeiro sujeito por trás de tudo isso. De acordo com Foucault (2008),

O *homo economicus* é um empresário, e um empresário de si mesmo. Essa coisa é tão verdadeira que, praticamente, o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o *homo economicus* parceiro da troca por um *homo economicus* empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo a fonte de sua renda (FOUCAULT, 2008, p. 311).

A biopolítica (FOUCAULT, 2008) por trás da disciplinarização dos corpos para a manutenção de seu auge psicofisiológico, não se restringe às questões de aperfeiçoamento da imagem apenas, mas a manutenção de uma forma de vida que deve ter capacidade própria de promover os valores da juventude. Para o empreendedor de si, não importa a idade, o que interessa é a atitude em relação ao que ele pode e deve fazer para evitar que a pátina do tempo se instale em seu corpo e mente.

Portanto, as discussões em torno da juventude na atualidade dizem mais respeito às práticas e valores do que especificamente a uma faixa etária turbulenta do curso da vida. Essa, que deveria ser ultrapassada por representar um momento de insegurança emocional, econômica e social, não representa necessariamente uma ameaça, mas uma espécie de conexão entre o sujeito e o tempo presente. Tal conexão supre as necessidades do indivíduo, pois, se ele está sendo o tempo todo apresentado à formas de vida tidas como “ideais”, a urgência em atendê-las se sobrepõem a qualquer outra coisa, inclusive aos direitos coletivos.

As consequências do desenlace geracional na pandemia de Covid-19

Os desdobramentos geracionais que são parte da crise de continuidade (BALANDIER, 1976) que caracteriza as sociedades contemporâneas

⁷ Obviamente, os benefícios da prática de atividades físicas regulares são indiscutíveis do ponto de vista fisiológico. O que está sendo discutido são as questões estéticas, que levam às questões econômicas, em torno das práticas de melhoramento do corpo.

são intensificados pela aceleração do processo de individualização. As gerações, regidas pelas associações e hierarquias estabelecidas, têm suas diferenças potencializadas dando espaço para a intensificação de um antagonismo baseado em diferenças de faixas etárias. É neste momento que a imprecisão – característica da juventude – coloca nos indivíduos (e não mais na sociedade) a responsabilidade pela constante renovação de um modelo de vida baseado na valoração da juventude.

Tudo se embaralha. As divisões por idade fixam-se confusamente. Os jovens antecipam o momento de sua maturidade ou “maioridade”, os mais velhos tentam prolongar sua juventude, um quarentão junta-se a um de trinta anos, as legislações fixam incoerentemente a idade de acesso às responsabilidades (casamento, serviço militar, direitos cívicos, autorização para conduzir veículos a motor, entrada em certas categorias de espetáculos (BALANDIER, 1976, p. 68).

O tempo, o corpo, a mente, o cansaço e a saúde... São inúmeras as questões colocadas em evidência pela pandemia de Covid-19. As bruscas alterações no modo de vida da maioria dos brasileiros e brasileiras, principalmente nos meses iniciais, abriram espaço para refletirmos sobre questões que antes passavam despercebidas diante do cotidiano. Entretanto, refletir sobre os valores de nossa existência parecia ser coisa de gente velha, mero saudosismo. Não era economicamente interessante que as pessoas permanecessem em casa, recebendo subsídios do Estado e com tempo para questionamentos: a economia não podia parar!⁸ E não parou. Aliás, a pandemia de Covid-19 mostrou de uma forma bem mais intensa e rápida as graves consequências da exploração desenfreada dos recursos naturais e o “efeito bumerangue” (BECK, 2011, p. 27) que tarda, mas chega nas grandes produtoras da sociedade do risco.

Com a distribuição e o incremento dos riscos, surgem situações sociais de ameaça. Estas acompanham, na verdade, em algumas dimensões, a desigualdade de posições de estratos e classes sociais,

fazendo valer, entretanto, uma lógica distributiva substancialmente distinta. Os riscos da modernização cedo ou tarde acabam alcançando aqueles que o produziram ou que lucram com ele. [...] Tampouco ricos e poderosos estão seguros diante deles. Isto não apenas sob a forma de ameaças à saúde, mas também à propriedade e ao lucro (BECK, 2011, p. 27).

Com o lucro ameaçado, a ausência de uma gestão centralizada da pandemia deu espaço para que medidas de flexibilização bastante questionáveis surgissem ao primeiro sinal de redução no número de mortos. Afinal, já não eram mais de 1000, mas 276⁹ pessoas que morriam vítimas da Covid-19 no Brasil. A estatística, um dos pilares da governamentalidade, continuava controlando o fazer viver. A morte passou a ser moralmente aceitável, ainda que o saldo de mais de 600.000 vidas perdidas para o vírus hoje¹⁰ pudesse ter sido evitado.

A privação da liberdade de cada indivíduo se sobrepôs aos direitos coletivos, como a saúde. A juventude, o valor, não aguentava mais ficar em casa. E logo a descentralização nas ações de contenção da pandemia (que foram lideradas por estados e municípios), deu lugar aos planos de convivência com o vírus. Grandes centros comerciais de rua, *shoppings*, academias de ginástica, bares e restaurantes poderiam ser reabertos desde que observassem os protocolos de segurança. “A pandemia está mudando”, declarou a OMS em agosto de 2020, mês em que o Brasil atingia a marca de 121.000 mortos por Covid-19.

A mudança anunciada pela OMS tinha como cerne o comportamento dos jovens depois de 5 meses de isolamento e restrições. Como a maioria deles não apresenta sintomas mesmo estando infectada pelo vírus, a retomada de algumas atividades deveria ser prioridade por uma questão de saúde mental, como muitas pessoas alegam. Embora não apresentassem sintomas, eles impulsionaram a propagação da doença entre as pessoas fisiologicamente mais vulneráveis: os idosos. Essa reabertura foi a causa de muitos surtos de infecções em pleno verão europeu.

8 O falso dilema entre saúde e economia foi uma das bases ideológicas sobre as quais o problema sanitário foi gerido no Brasil. Em diversas falas e manifestações públicas, tanto o presidente Bolsonaro, quanto seus auxiliares; reafirmaram as prioridades da economia em detrimento de políticas públicas efetivas para minimizar o quanto possível o impacto da pandemia.

9 Menor número de vítimas da Covid-19 registrado no Brasil até então. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/11/03/coronavirus-brasil-3-de-novembro.htm>>. Acesso em: 05 set. de 2021.

10 De acordo com dados do painel da RedeCovid. Disponível em: <<https://painel.redecovida.org/brasil>>. Acesso em: 5 set. 2021.

No Brasil, em agosto de 2020, a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) informou que 75% das vítimas da Covid-19 eram pessoas idosas¹¹. Esse número é um bom exemplo do que Guiddens (1992) entende como rompimento das trocas entre as gerações que faz com que a noção de curso da vida perca completamente seu sentido na modernidade. Para caracterizar os desdobramentos dessa perda de vínculo entre as gerações, Debert (2010) usa a expressão “adolescentização do curso da vida”. Para a autora, a perda de vínculo impulsionada pela individualização e centramento no eu é perpassada não mais por etapas de reconhecimento, mas pela resolução de crises constantes de identidade promovidas por certa inadequação ao mundo. Assim, a suposta falta de alinhamento com a multiplicidade de possibilidades oferecidas pelo mundo gera uma necessidade constante de superar essas crises em nome de uma vida boa e plena.

Essa discussão mostra que, ao mesmo tempo em que promove a manutenção de riscos constantes, o neoliberalismo investe na individualização das ações – “o empresário de si mesmo” – que pretendem superar esses riscos, colocando o indivíduo sob necessidade constante de se adequar ao sistema. A estrutura do curso da vida abandona o modelo cronológico, baseado no reconhecimento, e ser um adulto-jovem passa a ser uma *conditio sine qua non* para a vida em sociedade. No entanto, por trás de toda essa fantasia perversa, o mundo ainda precisa lidar com ameaças coletivas, como é o caso da pandemia de Covid-19.

A partir do momento em que passou a ameaçar a máquina neoliberal, a vulnerabilização dos indivíduos foi promovida como principal reação às medidas de isolamento social, indispensáveis para conter o avanço da doença. As consequências da adoção das medidas de flexibilização, que por sua vez são baseadas num falso dilema entre economia e saúde, são bem mais intensas entre as populações que já são vulneráveis do ponto de vista socioeconômico, mas mais ainda entre os biologicamente mais vulneráveis, os idosos.

Referências bibliográficas

BALANDIER, Georges. Pais e filhos primogênitos e caçulas. In: BALANDIER, Georges. **Antropo-lógi-**

cas. São Paulo: Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

BARBOSA, Isabelle et al. Incidência e mortalidade por COVID-19 na população idosa brasileira e sua relação com indicadores contextuais: um estudo ecológico. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 1-11, 2020.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2011.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional nº 105/2019. Brasília: Senado Federal, 2020.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Promulgado em 13 de julho de 1990. Brasília: Senado Federal, 2017.

CAMARANO, Ana Amélia. **Os dependentes da renda dos idosos e o coronavírus: órfãos ou novos pobres?**. Rio de Janeiro: IPEA, 2020.

CARVALHO, Lucas da Silva; LIMA, Paulo Henrique de. Crise de representatividade na democracia brasileira: considerações sociais e políticas. **Ciências Sociais em Perspectiva**, Cascavel, v. 19, n. 37, p. 1 -21. 2020.

CASTRO, Márcia et al. Reduction in life expectancy in Brazil after COVID-19. **Nature Medicine**, [s.l.], v. 1, n. 27, p. 1629-1635, 2021.

CASTRO, Regina. **Observatório Covid-19 Fiocruz alerta para rejuvenescimento da pandemia no Brasil**. Rio de Janeiro: Agência Fiocruz de Notícias, 2021.

CESARINO, Leticia. Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 530-557, 2019.

11 Disponível em: < <https://sbgg.org.br/brasil-ultrapassa-100-mil-obitos-por-covid-19-idosos-sao-75-das-vitimas/>>. Acesso em: 7 jun. 2021.

- CESARINO, Letícia. On digital populism in Brazil. **PoLAR: Political and Legal Anthropology Review**, [s.l.], v. 15, 2019.
- DEBERT, Guita Grin. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 16, n. 34, p. 49-70, jul./dez 2010.
- DUGNANI, Rodrigo. **A previdência social brasileira sob pressão neoliberal**. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. 304 p.
- FLORES, Thamara; LAMPERT, Melissa Agostini. Por que os idosos são mais propensos a eventos adversos com a infecção por Covid-19? In: CONGRESSO DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA DA UNIFACIG, 1., 2020, [s.l.]. **Anais [...]**. [s.l.]: CGGU, 2020. p. 1-2. Disponível em: <https://raggfunati.com.br/docs/covid/Flores%20e%20Lampert.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.
- FORTES, Meyer. **O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico**. Brasília: DAN/UnB, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 291-308, 2007.
- GALINDO, Eryka et al. **Working Paper 4: Efeitos da pandemia na alimentação e na situação de segurança alimentar no Brasil**. Berlim: Working Paper Series Food for Justice, 2021.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2009.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Notas metodológicas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=microdados>>. Acesso em: 12 jan. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- LONGHI, Márcia Reis. “Eu tô fazendo certo, tô não?”: envelhecimento, políticas de saúde e relações de cuidado. In: MALUF, Sônia Weidner; SILVA, Érica Quinaglia (org.). **Estado, políticas e agenciamentos sociais em saúde**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018.
- LONGHI, Márcia Reis. Cuidado, velhice, gênero e deficiência social. **Anthropológicas**, Recife, v. 29, n. 2, p. 28-48, 2018.
- MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. “La juventud es más que una palabra”. In: MARGULIS, Mario (org.). **La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud**. Buenos Aires: Biblios, 2008.
- MEAD, Margareth. **Adolescência, sexo y cultura en Samoa**. Buenos Aires: Editorial Planeta- Agostini, 1993.
- NUNES, João. A pandemia de COVID-19: securitização, crise neoliberal e a vulnerabilização global. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, p. 1-4, 2020.
- PEIXOTO, Clarice. Entre o estigma da compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade. In: BARROS, Myriam Lins de (org.). **Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- REZENDE, Maria Valéria. **Quarenta Dias**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.
- SIQUEIRA, Renata; BOTELHO, Maria Izabel Vieira; COELHO, France Maria Gontijo. A velhice: algumas considerações teóricas e conceituais. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 899-906, 2002.
- SOUZA, Larissa Gonçalves; RANDOW, Raquel; SIVIERO, Pamela Cristina Lima. Reflexões em tempos de COVID-19: diferenciais por sexo e idade. **Comunicação em Ciências da Saúde**, Brasília, v. 31, v. 1, p. 75-83, 2020.
- VENTURA, Dayse et al. Mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil. **Boletim Direitos na Pandemia**, São Paulo, n. 10, p.

1-17, jan. 2021.

VERAS, Renato Peixoto; OLIVEIRA, Martha. Envelhecer no Brasil: a construção de um modelo de cuidado. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1929-1936, 2018.